

Artigo

As Regulações do Estado na Organização Social

State Regulations in Social Organization

Jiulia Estela Heling*
Sandro Adams**

A publicação intitulada *As Regulações do Estado na Organização Social*, da Perspectivas Sociais, Revista Discente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, apresenta o seu 9º volume, e conta com temáticas que estão relacionadas a diferentes áreas do conhecimento. Os artigos que compõem esta edição articulam as múltiplas possibilidades metodológicas de pesquisa nos estudos da Sociologia e apresentam amplas perspectivas de análises que nos brindam com um diálogo diverso. Além disso, oferecem suportes para compreendermos causas e efeitos das regulações do Estado na organização social. Os textos cujo objeto de análise macro parece similar, mas com enfoques teóricos e ferramentas analíticas distintas, nos ajudam, desse modo, a aprofundar os estudos sociológicos no tempo vigente.

A presente edição traz artigos de pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Marília (UNIMAR), à Faculdade de Direito do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

(UNESP), ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), ao Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), à Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional de Villa Maria, Argentina (UNVM), ao Programa de Pós-graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A presente edição contempla, dessa forma, autores/as vinculadas/os às instituições universitárias do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, da Paraíba e da Argentina. A amplitude do alcance junto às/aos pesquisadoras/es demonstra a consistência que a revista *Perspectivas Sociais* vem adquirindo na comunidade científica, representando um relevante espaço para a produção e a divulgação do conhecimento acadêmico.

Assim sendo, convidamos a todas/os à leitura da revista *Perspectivas Sociais*, na forma de breves provocações, presentes nos treze trabalhos publicados nesta edição.

Iniciamos esta edição com o texto intitulado *Considerações Pungentes ao Mercado de Crédito de Carbono*, da autora Bárbara Cristina Kruse. O artigo aborda o mercado de crédito de carbono como um mecanismo de apoio à questão ambiental, que possui um cenário preocupante. Expondo o contexto mundial, o trabalho inicia abordando o déficit existente na capacidade do meio ambiente de suportar o atual ritmo de desenvolvimento da sociedade, por meio dos dados da pegada ecológica. Após discorrer sobre o uso desenfreado dos recursos naturais e da exploração dos países desenvolvidos sobre as

riquezas ambientais, a autora afirma: “A monetarização da natureza, apesar de emblemática, tende a diminuir o uso desenfreado e degradador ambiental, inclusive em condições inapropriadas e prejudiciais perante o povo à mercê da injustiça ambiental.” A quantificação da natureza ocorreria a partir de toneladas de carbono. Para que os países sejam capazes de atingir as metas de redução dos gases do efeito estufa, previstas em acordo internacional, este mecanismo permite o comércio de parte desta redução, funcionando como um item comercial de proteção do meio ambiente global.

O segundo escrito, de autoria de Joel Nemonia Mendes, sob o título *Structural Violence in Angola*, discute a manifestação da violência estrutural que ocorre quando as condições sociais e institucionais limitam o potencial de realização somática e mental das pessoas. Essa violência pode se manifestar de três maneiras: como injustiça social, como atos de violência direta causados por sistemas sociais/institucionais injustos, e como uma ameaça constante de reação violenta devido a condições sociais discriminatórias. No contexto de Angola, a violência estrutural está ligada à injustiça social e à violação dos direitos fundamentais e humanos. A guerra civil angolana ocorrida após a independência do país envolveu vários grupos étnicos apoiados por superpotências durante a Guerra Fria. Isso levou a conflitos étnicos e à instilação de ódio étnico. A inculcação da violência física e simbólica na consciência coletiva da classe governante contribuiu para a violência estrutural contínua. Isso inclui o uso de termos pejorativos para rotular alguns grupos étnicos e a oposição política, como chamar os refugiados da República Democrática do Congo de canibais. A assinatura de um cessar-fogo em 2002 não trouxe verdadeira reconciliação ao país, ao contrário, o autor enfatiza um aumento crescente da violação dos direitos humanos contra membros da oposição. Ante isso, a pesquisa sustenta a necessidade de promover a reconciliação, a tolerância e a coesão social para o progresso do país e da humanidade como um todo.

Seguindo a abordagem da violência e a regulação do Estado sobre o tema, o terceiro artigo, chamado *Standards Probatórios e a Garantia da*

Presunção de Inocência: pelo desenvolvimento de critérios de valoração da prova para a decisão de denúncia no Brasil, de Eduarda Espanhol Borba e Letícia Klechowicz, aborda a necessidade de parâmetros para a decisão de admissão da denúncia, visando frear a discricionariedade dos juízes e preservar a presunção de inocência, ou seja, uma regulação na fase processual. Para tanto, as autoras buscam exemplos internacionais que funcionam de modo a estabelecer critérios para as decisões judiciais. Defendem que o estabelecimento de *standards* probatórios é benéfico para que o princípio da presunção de inocência prevaleça nos processos criminais.

O texto intitulado *O Divórcio como Direito Potestativo: uma análise acerca da viabilidade da dissolução unilateral do vínculo conjugal*, de Gean Carlos Balduino Junior e Evelyn Caroline Rocha Mariano, segue a discussão no direito processual, porém, agora, na seara civil. Este artigo surge a partir do tema levantado no Provimento nº 6/2019 do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), no qual se estabelece o divórcio impositivo, necessitando apenas da vontade de uma das partes, ainda que realizado de forma extrajudicial. Posteriormente, a Recomendação nº 36/2019 do Conselho Nacional de Justiça recomendou a sua revogação. Com isso, a questão central do trabalho é discutir se há possibilidade da utilização do divórcio impositivo no direito brasileiro. Contrapondo ambas orientações à luz da Emenda Constitucional nº 66/2010, a partir da qual o divórcio passou a ser compreendido como um direito potestativo, os autores defendem que é possível a utilização do direito impositivo no Brasil. Como justificativa, expõem que o Provimento nº 6/2009 não legisla sobre matéria exclusiva da União, apenas regulamenta assunto já abordado em outras normativas e, além disso, sua admissão está de acordo com a “efetividade, desjudicialização e celeridade” almejadas pelo direito brasileiro.

O quinto artigo é de autoria de Maria Clara Pereira Soares, com o título *Movimento Social e Hip-hop: ‘O redentor do meu povo será o meu povo. Só.’* Nele, há uma proposta que visa discutir a origem do *Hip-hop* e como este está vinculado às demandas organizadas pelos movimentos sociais. O *Hip-*

hop é apresentado como um mecanismo de reivindicação de pautas da classe trabalhadora, seu surgimento teria ocorrido nos Estados Unidos, na luta contra o racismo e, posteriormente, suas pautas foram se adaptando às necessidades, principalmente, da juventude e da periferia. Assim, o *Hip-hop* possui duas frentes: a cultural e a política. Seus grupos organizados realizam tanto ações culturais como atos políticos, e utilizam a arte como ferramenta de luta. A autora defende em seu escrito que o movimento *Hip-hop* é uma estratégia de reivindicação das classes menos favorecidas frente à opressão social produzida pelo capitalismo.

O texto de Renan Marcel Moreira Martinez, intitulado *Os Artistas de Rua na Cidade de São Paulo: uma proposta de diálogo com a Sociologia e com a Antropologia*, seguindo na esfera da arte, aborda os artistas de rua. Inicialmente, o autor retrata a legislação municipal de São Paulo no tocante ao tema, apresenta algumas conceitualizações sobre arte e demonstra a complexidade que envolve os artistas de rua, uma vez que se trata de um grupo heterogêneo. Para compreender este grupo, o autor traz possibilidades de estudo a partir da Sociologia e da Antropologia e conclui que há diferentes perspectivas de observação dos artistas de rua. Por se tratar de um grupo bastante diverso, as generalizações não comportam as particularidades dos indivíduos. Ao mesmo tempo, o estudo do conjunto de artistas de rua permite a compreensão de seu espaço na sociedade moderna, que cada vez se inclina mais para a privacidade, afastando-se dos espaços de sociabilidade, que são fundamentais para os artistas de rua.

O sétimo artigo, chamado *A Ditadura Militar e a Diminuição do Tempo Livre no Brasil: quais os impactos desse período no lazer dos brasileiros?*, com autoria de Felipe Mateus de Almeida, analisa como o discurso do período ditatorial, que enaltecia o trabalho e utilizava de repressão, diminuiu o tempo disponível para o lazer dos brasileiros. Começando com o contexto que culminou no golpe militar, passando por estratégias adotadas pelo referido regime, o autor observa que, diante do discurso do trabalho como forma de promover a economia brasileira, as

classes trabalhadoras sofreram uma diminuição no seu tempo livre, devido às longas horas extras dedicadas à rotina laboral. O autor aponta que, diante da forte vigilância dos espaços de lazer e das longas jornadas de trabalho, o tempo de lazer foi reduzido e desenvolveu um importante papel de disciplinamento dos indivíduos. A tecnologia, por meio do rádio e da televisão, passou a ter papel importante no lazer desses indivíduos, e essa ferramenta também era controlada pelo Estado. O esporte e o turismo, nesse contexto, se desenvolveram, este último serviu para apresentar um país belo e acolhedor, e quem podia usufruir das possibilidades de turismo eram as classes mais elevadas. O autor conclui que “além do lazer servir como um mecanismo de controle social, ele também foi útil enquanto forma de mascarar o processo de aprofundamento das desigualdades sociais e da repressão existentes no Brasil naquela época”. Assim, o lazer foi utilizado como um mecanismo de apoio para a manutenção do regime e teve um impacto mais efetivo na classe operária.

Seguindo na discussão política, mais especificamente na relação existente entre o uso da tecnologia e a difusão do populismo, o artigo *Massificação Digital: a estratégia moderna de veiculação do populismo*, da autora Maria Christina Morais, trata sobre o uso da inteligência artificial, por meio dos algoritmos, para alcançar os eleitores com um perfil específico. A autora aponta a dependência humana da tecnologia, discute a fragilidade da democracia brasileira e observa como o populismo é uma ameaça à mesma. Diante disso, seu objetivo é analisar o uso da inteligência artificial nos processos de massificação digital nas eleições presidenciais do Brasil (2018) e dos Estados Unidos (2016). Visto que o populismo tem como característica a propagação de suas ideias, a inteligência artificial tem auxiliado nesse processo através do uso dos algoritmos e da possibilidade de compra de dados de usuários, a fim de facilitar o direcionamento das propagandas eleitorais. Deste artigo conclui-se que a massificação digital, direcionando informações selecionadas para os usuários, favorece as campanhas eleitorais de populistas, gerando um alerta, principalmente, para as democracias não consolidadas.

No artigo intitulado *Transformações Político-econômicas e Políticas Públicas para Mulheres na Perspectiva da Feminização da Pobreza no Brasil (1995-2015)*, escrito por Taís Dias de Moraes, a autora analisa o aumento nos indicadores de pobreza acerca dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil a partir da recente influência das políticas econômicas neoliberais. Essa feminização da pobreza pode ser usada para justificar políticas compensatórias que beneficiam apenas um grupo restrito de mulheres, deixando de fora uma parte significativa da população em condição semelhante. Por isso, o texto defende a necessidade de políticas públicas mais universalistas para combater a pobreza, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de considerar as diferenças de gênero na formulação dessa agenda política. Nesse caso, o estudo busca entender as contradições socioeconômicas relacionadas ao gênero, analisando domicílios chefiados por mulheres, com foco na transmissão intergeracional da pobreza e na influência das condições socioeconômicas das mulheres. Também considera a evolução da situação política e econômica brasileira entre 1992 e 2015, sob diferentes governos, e sua relação com a feminização da pobreza. Se por um lado, o texto reconhece a importância das políticas públicas e sociais na redução da desigualdade e vulnerabilidade das mulheres brasileiras, por outro ressalta que, mesmo durante um período de relativa estabilidade e de crescimento econômico recente, as mulheres e suas famílias permaneceram em uma posição mais vulnerável. Isso se deve à falta de plena participação feminina no mercado de trabalho e à persistência da exclusão social de mulheres pobres devido a um conjunto regulador de políticas restritivas.

O décimo artigo, *América Latina, um Projeto de Sociedade Subordinada? Uma abordagem crítica aos limites de desenvolvimento da região*, escrito por Fernanda Milena Alves Machado e Laís Benevenuto de Azevedo, aborda a persistente condição de dependência socioeconômica da América Latina em relação aos países centrais, mesmo após cinco séculos de integração forçada no sistema capitalista. A hipótese levantada é de que a dependência, juntamente com a imposição de autorregulação do capital,

limita o desenvolvimento econômico da região devido à busca implacável pelo lucro. Para estabelecer essa discussão, o texto baseia-se em teorias marxistas, incluindo a Teoria Marxista da Dependência, a fim de explicar as condições estruturais que mantêm a América Latina economicamente subordinada às economias centrais. Além disso, o artigo explora as discussões acerca da acumulação primitiva durante a colonização e a revolução industrial como fundamentos para a hipótese de que a herança latino-americana prossegue devido ao regime de acumulação capitalista (1); analisa a consolidação da posição dependente das economias latino-americanas com a Divisão Internacional do Trabalho, juntamente com as transformações no sistema monetário financeiro internacional, desde a hegemonia da Inglaterra até a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica, levando à transição para o neoliberalismo (2); e observa como a nova configuração hegemônica influenciou a economia política internacional, desde a Primeira Guerra Mundial até os dias atuais, destacando o neoliberalismo e o papel dos capitais transnacionais em nível global e doméstico (3).

O artigo intitulado *Las Representaciones Sociales acerca del Poder en la Escuela Media. Del poder como atributo al poder como relación social* é escrito por Carla Vanesa Miguel e aborda as representações sociais sobre o poder na escola, examinando como os jovens que frequentam a escola média percebem e interpretam o poder. Os estudantes representam o poder na escola como uma capacidade ou direito depositado em alguns sujeitos, geralmente começando com o diretor, seguido por professores e outros funcionários da escola. O poder é visto como algo que não reside na relação, mas na pessoa que ocupa uma posição hierárquica, e qualquer desvio desse sistema é considerado uma transgressão. Neste caso, os estudantes são vistos como tendo pouco ou nenhum poder na escola, e seu papel raramente é mencionado espontaneamente nas entrevistas. Isso indica que os próprios alunos não se veem como sujeitos de poder na escola. Embora sejam complexas e variadas, as representações sociais acabam por relacionar o poder com a autoridade e o estabelecimento da ordem na escola. Essas representações influenciam as

relações sociais dentro da escola e afetam a maneira como os alunos interagem com professores, instituições e conhecimento.

O livro *Dificuldades da aprendizagem ou da escola?*, publicado por Zuleide Blanco Rodrigues em 2021 e resenhado por Lorena da Silva Dias, explora as complexidades das dificuldades de aprendizagem, questionando se essas dificuldades são inerentes aos alunos ou se estão relacionadas ao sistema educacional. A autora conduz sua análise com base em uma pesquisa realizada em 2007 na rede municipal de ensino da região metropolitana de São Paulo. Ela destaca que os professores tendem a culpar os alunos por seu baixo desempenho, solicitando avaliações médicas e psicológicas, em vez de considerar fatores pedagógicos e sociais. O livro também aborda as diferentes teorias sobre o processo de aprendizagem, a classificação das dificuldades de aprendizagem e a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva para lidar com essas questões no campo educacional. A obra destaca a importância de redefinir o conceito de dificuldades de aprendizagem e de promover práticas pedagógicas mais eficazes para atender às necessidades de todos os alunos.

Já o livro *Evangelicals and Electoral Politics in Latin America*, publicado por Taylor Boas em 2023 e resenhado por Sávio Silva de Oliveira, discute a participação política dos evangélicos na América Latina, com ênfase nos casos brasileiros, chilenos e peruanos. Boas identifica dois fatores-chave para o ativismo político dos evangélicos no Brasil: a busca por igualdade religiosa e o debate em torno de questões de sexualidade. O caso brasileiro aparece como singular porque os evangélicos obtiveram influência política significativa, apoiando candidatos e formando bancadas no Congresso, notavelmente contribuindo para a eleição do presidente Jair Bolsonaro. No caso chileno, o ativismo político evangélico é menos intenso, com líderes religiosos desencorajando o envolvimento partidário em favor de focar no lema “orar e votar”. Historicamente, os evangélicos no Chile apoiaram congressistas católicos conservadores e a pauta da igualdade religiosa foi atendida pelos legisladores católicos. No Peru, a busca por igualdade religiosa

mobilizou os evangélicos bem antes do Brasil e do Chile, devido à hostilidade de grupos católicos radicais. Os evangélicos apoiaram o governo de Alberto Fujimori nos anos 1990, resultando em uma representação significativa no Congresso. No entanto, divisões internas enfraqueceram a influência dos evangélicos ao longo do tempo, com disputas sobre o alinhamento político e questões ideológicas. Em resumo, o livro destaca que a dinâmica da representação evangélica na política latino-americana é influenciada por fatores históricos, políticos e ideológicos específicos de cada país, resultando em variações na intensidade do ativismo político evangélico e nas questões que mobilizam esse segmento religioso.

Os referidos artigos e as citadas resenhas constituem, assim, um interessante recurso à pesquisa acadêmica e à difusão do conhecimento em que a Sociologia oferece bases para a compreensão da realidade social.

No mais, resta agradecer aos/às autores/as que participaram desta edição, aos/às pareceristas, que gentilmente avaliaram os textos e colaboraram com este processo, à equipe editorial, pela organização deste conteúdo, ao/às professores/as do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que incentivam a produção e a partilha de conhecimento, e aos/às leitores/as, que ampliarão suas interações sociais com os estudos aqui apresentados.

Jiulia Estela Heling é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas, mestra em Política Social e Direito Humanos pela Universidade Católica de Pelotas e bacharela em Direito pela mesma instituição.

Contato: jjuliaestela@hotmail.com

Sandro Adams é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE).

Contato: sandroadams@gmail.com

Como citar este texto: HELING, Jiulia Estela; ADAMS, Sandro. As Regulações do Estado na Organização Social. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 01, p. 03-13, 2023.